

# VICTOR DE SÁ: UMA HERANÇA INTEMPORAL (1921-2021)

## «DAR VOZ AO MESTRE»

*A perspetivação histórica de uma época representa uma importante tomada de consciência que nos permite intervir com eficácia no curso da sociedade em que nos inserimos. Daí o interesse que tem a disciplina da História, que não pode consistir apenas no conhecimento amontoado dos factos do passado. É essencialmente o conhecimento racional, crítico e sistematizado das grandes linhas de evolução ou transformação das sociedades, através dos acontecimentos verdadeiramente significativos e determinantes de uma época.*

*A história é uma tomada de consciência do homem considerado coletivamente. Surgiu das suas inquietações e ansiedades, da perplexidade perante as grandes transmutações sociais. É nos períodos de crise que mais se evidencia a importância da história. [...] É que o passado não vale por si exclusivamente, mas sobretudo pelo que responde às inquietações do presente. [...] O historiador que seja apenas o descobridor ou colecionador de factos do passado, aquele que se fecha nos arquivos de olhos cerrados para a realidade contemporânea que o cerca, mais tenderá a mitificar a história, do que a cientificá-la<sup>1</sup>.*

Esta citação faz parte de um texto escrito, não apenas para apresentar nas Jornadas Democráticas em novembro de 1974, como para reflexão e debates em Braga, Amarante e na FLUP na cadeira e no Seminário de História Contemporânea. *Um Ensino da História para a Compreensão da Actualidade Portuguesa* é o seu título, capítulo do livro onde depois foi publicado.

## A ATUALIDADE DO SEU CONCEITO DE UNIVERSIDADE

Hoje regressa-se à discussão sobre o que deve ser a Universidade, ouvindo-se cada vez mais vozes críticas, embora a memória histórica nos obrigue a moderar o cariz de novidade com que aparecem.

Numa obra recém-publicada, fruto de umas provas de agregação, pode ler-se:

*O monolitismo campeia nos estudos universitários [...]. Nos nossos dias cresce exponencialmente nas universidades portuguesas o incómodo dos estudantes acerca do ensino de cátedra — essa imagem do professor que fala e se dirige a todos como se fossem um só que tão bem caracteriza a nossa voz e sintetiza a nossa atitude há*

---

<sup>1</sup> SÁ, 1975: 18-19.

*vários séculos — e da ausência de experimentação metodológica. [...] A universidade em que estamos, em Portugal, pouco absorveu de práticas de vida comunitária centradas na consciência dos processos criativos que se aprofundaram noutras domínios da realidade cultural e artística. [...] O figurino da universidade moderna [...] postula, para além da independência académica, vinda da Idade Média, uma prática de afirmação problematizadora de todo o conhecimento, de uma busca da verdade sem constrangimentos ou limites de partida. Na universidade, nada deveria estar fora do questionamento, da discussão, da reelaboração. É preciso que saibamos, cada um a seu modo, assumir não apenas um princípio de resistência, mas uma força de resistência e de dissidência<sup>2</sup>.*

Ora, desde Kant, está enunciado o problema fundamental: fazer da instituição universitária um lugar de resistência ativa, através do pensar e do dizer verdadeiro, ao despotismo e a qualquer abuso de poder totalitário justificado em nome da verdade. Para isso o ator deve ser sobretudo um investigador-professor que sabe que precisa de multiplicar afetos e procurar a companhia de outros para que a sua potência de pensar e de agir se desenvolva no interior do caminho já iniciado por outros. Qualquer problema de investigação deve antes de mais apresentar-se como uma imagem do avanço do pensamento no interior de uma sociedade de amigos.

Victor de Sá criou essa comunidade com os seus alunos, com os seus colegas e num cenário nacional mais alargado. A importância que lhes atribuía, tal como à investigação no quadro académico, transformou-o no principal responsável pela criação de um Centro de Investigação Histórica — o Centro de História da Universidade do Porto (1976) — que concentrou uma biblioteca especializada e apoiou muitos trabalhos, em particular teses de doutoramento, de mestrado ou trabalhos de licenciatura. Aí criou uma «Linha de Acção para a Época Contemporânea» onde, como afirmou, «não à sombra da historiografia tradicional, mas à luz de novas problemáticas e de novas fontes», procurou incentivar e dirigir investigações em cinco eixos: «triumfo do capitalismo e da sociedade burguesa em Portugal»; «importância do factor colonial nos condicionalismos da evolução económica, política, social e cultural da sociedade portuguesa»; «intensificação da exploração colonial portuguesa em África, da industrialização na metrópole e da concentração operária»; «Portugal perante a Guerra Civil de Espanha, a segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria»; «o 25 de Abril como ruptura no processo histórico português».

Este sentido nacional e coletivo esteve sempre presente na rutura que procurou provocar na visão e no estudo da nossa História Contemporânea, trazendo para a

---

<sup>2</sup> Ó, 2019: 40-42.

sua interpretação um novo quadro concetual e uma nova visão teórica, fruto da sua passagem pela historiografia francesa e do convívio com os seus protagonistas.

## **A EPISTEMOLOGIA DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA**

A marginalização intelectual e académica leva-o a solicitar, em abril de 1962, uma bolsa de estudo à Fundação Calouste Gulbenkian para desenvolver os seus estudos em Paris, na Sorbonne. O seu plano incidia na «actividade cultural dos portugueses em França no período oitocentista» e a obtenção do apoio permite-lhe a partida em 15 de setembro de 1963. Aí conheceu vários historiadores, mas, sobretudo, Léon Bourdon que propôs a sua candidatura a um doutoramento. Durante três anos (1964-1967) participou no seminário de Albert Silbert na Escola de Altos Estudos sobre o tema «Recherche sur l’Histoire du Portugal au XIX<sup>e</sup> Siècle». Entre 1966 e 1968 participou também no seminário dirigido por Pierre Vilar sobre «Théorie et pratique de la recherche historique». Frequentou como ouvinte os cursos: «Proudhon et Charles Marx» lecionado por Georges Gurvitch; «Histoire et statistique économiques» por Ernest Labrousse; «Littérature et sociologie» por Lucien Goldmann; e «Interpretação Sociológica da Escola Mineira e do Arcadismo» por António Cândido de Mello e Sousa, professor da Universidade de S. Paulo.

O ambiente que viveu em Paris durante 5 anos, e onde foi testemunha privilegiada do Maio de 1968, permitiu-lhe a rutura com a formação histórica que tinha recebido — evidenciada na sua obra *A História em Discussão* —, garantiu-lhe o contacto com novos procedimentos metodológicos, novas leituras em bibliotecas bem apetrechadas e o convívio e a discussão com intelectuais de elevada craveira. Mas, como bolsheiro exemplar, termina e entrega a sua tese de doutoramento em setembro de 1968, prestando provas públicas em 6 de janeiro de 1969. Depois de algumas alterações durante a investigação, o título desse trabalho remete-nos para «A crise do liberalismo e as primeiras manifestações do pensamento socialista em Portugal». O júri, presidido por Léon Bourdon, atribuiu-lhe a menção mais elevada — «très bien» — com equiparação da tese apresentada à tese complementar de «doctorat d’État». Nesse mesmo mês (a 14) regressa a Portugal. Ainda nesse ano publicará *A Revolução de Setembro de 1836*.

O controlado regresso, o impedimento de desempenhar funções públicas, o não reconhecimento do doutoramento e a recusa de uma bolsa por parte do IAC (Instituto de Alta Cultura) para prosseguir as investigações sobre a História Contemporânea Portuguesa levam-no a escrever, em 1970, *Regressar para quê?*, obra que foi apreendida pela PIDE na própria semana em que foi posta à venda. Investe então na sua atividade de livreiro e transforma a livraria num ponto de encontro de intelectuais,

democratas e oposicionistas. Participa nos Congressos Republicanos de Aveiro e nas eleições de 1973, onde a Oposição teve, uma vez mais, de desistir.

Só em 1974, após a revogação do decreto 25.317 de 13 de maio de 1935 e a promulgação em 26 de abril do decreto n.º 173/74 que determinou a reintegração dos servidores do Estado nas funções públicas de que tivessem sido afastados por motivos de natureza política, foi possível a sua dedicação à docência universitária, uma vez aprovada por unanimidade a sua candidatura à Faculdade de Letras do Porto em julho de 1974. No mesmo ano foi também convidado pelas Faculdades de Letras de Lisboa e de Economia do Porto, convites que declinou.

Fica responsável pelas cadeiras de «História Contemporânea de Portugal e Península Ibérica», «Economia e Sociedade», «História do Colonialismo e da Descolonização» e «Seminário de História Contemporânea». Em regime de acumulação colabora com a Universidade do Minho entre 1975/76 e 1979, regendo «Cultura Portuguesa I e II» e «Sociedade e Cultura Portuguesa I e II». Em 1979 foi o primeiro deputado eleito pelo Partido Comunista Português no círculo eleitoral de Braga (marcou presença na Assembleia da República entre janeiro de 1980 e março de 1981). Nas eleições legislativas de 1980 foi novamente eleito (havendo registo da sua passagem pela A.R. entre 13 de novembro de 1980 e 30 de maio de 1983). Nas eleições autárquicas de 1985, nessa altura já fixado em Rio de Mouro, foi candidato em Sintra e eleito presidente da Assembleia Municipal.

Estas referências positivas não podem olvidar dois acontecimentos marcantes na sua vida pessoal e profissional: o clima de anticomunismo primário que teve de suportar no Verão de 1975 em Braga, instigado pelos sectores mais reacionários e pela própria hierarquia da Igreja bracarense; a reprovação nas provas de agregação a que se submeteu em 1978, por razões não totalmente esclarecidas e a que a composição do júri não foi alheia. Referiu-se a este acontecimento como uma «bárbara agressão intelectual» e «mais um acto de terrorismo», escrevendo num Relatório de atividades posterior (1979) que «ferido no seu brio intelectual, científico e académico, aguardou inconformado, mas sereno, a oportunidade de prestação de novas provas». Nunca o chegou a fazer, porque não foi alterado o processo de decisão do júri «por bolas brancas e pretas sem justificação escrita», condição que elegeram como imprescindível. O tema escolhido para a «lição de síntese» proferida em 7 de abril de 1978 — «Formação do Movimento Operário Português» — e o facto de a votação ser por simples escolha de bolas brancas ou pretas sem justificação ajudam a perceber este desenlace, mais político do que científico. Em maio de 1978, publicava na Editora Centelha *Formação do Movimento Operário Português — Memória de uma reprovação*, com uma dedicatória elucidativa da sua hombridade intelectual «Aos jovens trabalhadores e estudantes, em especial aos meus alunos, merecedores

de verem à transparência as qualidades e as humanas limitações de quem procura transmitir-lhes o que sabe».

O sentido da utilidade da História numa perspetiva comparativa e a possibilidade que ela nos oferece para compreendermos o presente vai ser um dos vetores mais presentes na sua obra. A opção pela História Contemporânea permitiu-lhe ainda expressar uma preocupação de relativizar as incidências e, utilizando as metodologias que a sua formação em Paris lhe vai permitir, identificar mecanismos de mudança numa visão longa. A abordagem que nos vai trazer, sem descurar o tempo curto necessário para a compreensão das grandes alterações — ilustrado por exemplo no pormenor como abordou a instauração do liberalismo em Portugal —, privilegia a compreensão das sequências e a visão da globalidade. Depois da preocupação inicial com a democratização da cultura e o acesso a uma bibliografia atualizada e diversificada — visível nas décadas de 1940 e 1950 e em particular na sua iniciativa da Biblioteca Móvel e de um conjunto de opúsculos numa coleção intitulada «Cultura e Acção» — dedica-se, a partir de 1961, à reflexão histórica desde logo exteriorizada no ensaio *História e actualidade*. Victor de Sá também contribuiu para que a Escola dos *Annales* chegasse à nossa historiografia contemporânea. Como nos diz José Tengarrinha numa intervenção num colóquio de homenagem em 2001, «ao contrário da historiografia oficial que procurava defender a castidade de Clio e que afastava os objetos de estudo tão longe quanto possível da atualidade, reduzindo o historiador ao puro erudito... Victor de Sá e os historiadores da sua geração procuraram preencher esse vazio, esse silêncio da historiografia portuguesa». Surge assim como natural a incidência no século XIX e no Liberalismo, evidenciando a capacidade que o país teve de alcançar a liberdade, mesmo perante os condicionalismos internos e externos que iam num sentido diferente.

Este enfoque é já visível em 1964 quando publica, na «Colecção Portugália» dirigida por Augusto da Costa Dias, *Perspectivas do século XIX*. A sua obra é uma referência pela forma como trata a primeira imprensa socialista em Portugal e como chama a atenção para a «Geração de 1852» (Amorim Viana, António Pedro Lopes de Mendonça, Sousa Brandão, Custódio José Vieira, entre outros). Aliás, o pensamento intemporal de alguns protagonistas sempre lhe mereceu uma particular atenção: de Mouzinho da Silveira a António Sérgio, de Ribeiro Sanches a Antero de Quental, procurou descortinar o papel dos princípios, das ideias e dos valores nas mudanças históricas. A sua obra *Liberais e Republicanos*, publicada em 1986, expressa bem esse sentido transversal, evolutivo e cíclico de algumas ideias semeadas que ficam à espera que o tempo e o espaço ajudem a fertilizar. A sua incontornável *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)* é a melhor síntese de toda uma postura epistemológica e científica que procurará colocar ao serviço da sua docência.

Nesse papel de professor, foi um dos responsáveis pela emancipação da História Contemporânea face à Moderna, garantindo o seu aparecimento no currículo da licenciatura em História como cadeira autónoma, complementada com a «História do Colonialismo e da Descolonização» (Obra: *Repensar Portugal — reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*, 1977) ou a «História do Movimento Operário», conjunto de lições incorporadas na cadeira de HCP.

Incorporou ainda uma linha de análise marxista trazendo para a interpretação, em particular da História Contemporânea, um quadro concetual que entroncava tanto nas perspetivas dos socialistas utópicos que estudou com grande profundidade quanto nas visões de Marx e Engels, em particular, aplicadas ao devir da nossa contemporaneidade. Na explicação da instauração do liberalismo em Portugal, por exemplo, defendia que «não se tratou apenas de uma luta política, económica e militar contra a aristocracia do Antigo Regime; houve também lutas sociais e são estas justamente que formam o pano de fundo da época». Aliás, tanto sob o ponto de vista temático como analítico, essa perspetiva de interpretação da História sintonizava com os seus próprios ideais, cimentados na partilha científica com os historiadores que solidificaram a sua formação em França.

## A PEDAGOGIA DO EXEMPLO E DA PARTILHA

A sua sensibilidade pedagógica e didática exteriorizou-se em muitas iniciativas que fizeram escola: criação de guias de estudo para a História Contemporânea portuguesa — por exemplo a sua obra *Época Contemporânea Portuguesa. Onde o Portugal velho acaba* (1981) —; realização de testes de avaliação com consulta garantindo que as leituras de obras e respetivas fichas de leitura pudessem ser utilizadas nas respostas às questões que formulava e que, naturalmente, privilegiavam a crítica, a construção de um texto autónomo e fundamentado por parte dos alunos; fomento de trabalhos de investigação, valorizando a nota final ao associar um acrescento de valores à classificação obtida em teste; preocupação em preparar sucessores, assistindo a aulas do seu assistente e posteriormente analisando, comentando, sugerindo outros caminhos ou outras leituras, até sentir que «podia matar o pai» (expressão que utilizou para indicar o fim dessa fase de preparação/estágio).

A sua permanente preocupação em compreender o sentido da História e o lugar que ocupamos levou-o a algumas inovações no quadro universitário, sempre que este lhe permitia, sobretudo em Seminários de História Contemporânea (espaço de preparação de dissertações finais de licenciatura), investindo em temáticas recentes, por exemplo a descolonização, ou dando consistência científica e metodológica a temas com pouco espaço para lecionação em disciplinas de carácter mais geral, por exemplo o movimento operário. Imbuído de uma permanente postura didática e de partilha, procurou sistematizar algumas dessas reflexões coletivas em obras que

nos legou — *A História em Discussão* (1975), *Repensar Portugal. Reflexões sobre o colonialismo e descolonização* (1977) ou *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986* (1991). Mas um dos melhores exemplos dessa partilha é a obra preparada com Fernanda Ribeiro — *O Liberalismo Português (1820-1852). Recolha bibliográfica* — publicada em 1994 e onde nos deixou 2220 referências, fruto do seu trabalho de recolha científica e temática.

Afirmava Victor de Sá em 1975 que «todo o esforço individual deve ser integrado na construção coletiva de um fundo de conhecimentos críticos, isto é, analisados e confrontados, pois só a partir destes elementos previamente estabelecidos com solidez científica se poderá caminhar para fases mais evoluídas ou aprofundadas da investigação»<sup>3</sup>.

Foi nesse sentido que, entre 1976 e 1978, integrando o Conselho Consultivo de Ciências Humanas e Sociais do INIC, teve, para além de um papel importante na atribuição de bolsas para investigadores na área de Contemporânea, um relevante contributo para conseguir condições para a publicação da «Revista de História» associada ao Centro que criou e cujo primeiro número saiu em 1979 (Centro de História da Universidade do Porto).

Este sentido de partilha, de incentivo, de generosidade, ficou bem expresso quando em 12 de julho de 1991 (ano da sua jubilação universitária) formalizou a doação à Universidade do Minho e à Biblioteca Pública de Braga de um conjunto de variada documentação de carácter político, correspondência literária e documentos relativos à sua vida académica e pessoal, além de materiais de estudo e investigação referentes aos séculos XIX e XX. Na mesma altura, a Universidade do Minho comprometeu-se a atribuir anualmente, através do Conselho Cultural, um Prémio de História Contemporânea, destinado a estimular a investigação científica de jovens historiadores, prémio que ainda hoje é um dos mais prestigiados na área a que deu voz! O Prémio foi criado com um fundo financeiro doado por Victor de Sá.

Foi dando sentido a esta preocupação que os organizadores deste volume singelo de homenagem ao centenário do seu nascimento resolveram solicitar aos premiados desde 1992 (embora só na 3ª edição em 1994 o júri tenha decidido conceder o prémio) um pequeno ensaio sobre um tema de História Contemporânea Portuguesa. A resposta generosa e inequívoca de boa parte desses autores permitiu-nos construir mais um excelente repositório do que a nossa investigação tem produzido na linha do seu visionário — Victor de Sá.

Autores de referência da História Contemporânea Portuguesa podem aqui ser revisitados através dos seus ensaios: Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo, Maria João Mendes Vaz, Arnaldo da Silva Pata, Daniel Jorge Seixas de Melo, Patrícia Carla

---

<sup>3</sup> SÁ, 1975: 81.

Valente Ferraz de Matos, Sandra Cristina Martins Costa, Fernando Tavares Pimenta, Miguel Gonçalo Cardina Codinha, Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva, Pedro Urbano da Gama Machuqueiro, Duarte Manuel Roque de Freitas, Márcio Sérgio Costa Barbosa, Patrícia Isabel Gomes Lucas e Cátia Sofia Ferreira Tuna, ordenados simplesmente pela ordem cronológica de atribuição do Prémio. Entendemos ainda partilhar um texto de Victor de Sá, fruto de um discurso de despedida na altura da sua jubilação, pelo seu desconhecimento entre muitos de nós, mas também pela atualidade da sua mensagem.

Ontem como hoje, as ruturas do nosso quotidiano só podem ser resolvidas pelo entendimento, pela contextualização, pelo estudo, pela densidade do conhecimento sustentado e partilhado, tal como Victor de Sá sempre ambicionou.

Pela Comissão Organizadora

## **BIBLIOGRAFIA**

Ó, Jorge Ramos do (2019). *Fazer a Mão — por uma escrita inventiva na universidade*. Lisboa: Edições do Saguão.

SÁ, Victor de (1975). *A História em Discussão*. Lisboa: Publicações D. Quixote.